

# ANÁLISE DA CONCEPÇÃO FUNCIONALISTA DA ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL

---

MARIA LAURA PINHEIRO REGO

## I — A CONCEPÇÃO FUNCIONALISTA

A sociedade, compreendida como um sistema integrado, onde cada subsistema caracteriza-se pelo desempenho de funções particulares e, onde todos os subsistemas funcionam de modo interrelacionado e interdependente visando a complementação e integração do sistema como um todo, é a concepção básica que tem caracterizado o funcionalismo.

O funcionalismo é desse modo o método sociológico que aborda a realidade social enfatizando o funcionamento equilibrado e harmônico das sociedades e seus subsistemas, analisando cada fenômeno enquanto contribui para manter a integração do sistema global.

Essa concepção da realidade social estende-se também ao subsistema que abrange as diferenças de posições sociais. Assim a concepção funcionalista sobre a diferenciação social é uma extensão da concepção funcionalista de sociedade.

Os funcionalistas ao abordarem o fenômeno da diferenciação social têm como ponto de partida a proposição de que o fenômeno de estratificação é universal. Constatando a não existência de sociedade que não seja estratificada, procuram explicar a necessidade universal da estratificação, e a distribuição relativamente uniforme do prestígio entre as principais posições sociais.

A análise feita, sobre a necessidade funcional da estratificação, se baseia no fato de entender a sociedade como um sistema integrado e reconhecer que, para o seu funcionamento e desenvolvimento, torna-se necessário que as funções sociais sejam desempenhadas sa-

tisfatoriamente. Deste modo, todas as sociedades têm enfrentado o problema de como situar e motivar os indivíduos na estrutura social.

Vemos que o problema envolve dois aspectos: o primeiro que é distribuir seus indivíduos nas diversas posições sociais e o segundo que é, uma vez colocados nas posições, induzi-los a desempenhá-las com eficiência. Um problema decorrente deste último aspecto é o da motivação, que por seu lado deve englobar dois níveis: inicialmente despertar nos indivíduos adequados a vontade de desempenhar certas posições e em seguida a vontade de executar os deveres inerentes a estas posições.

Como se depreende, o sistema de posições é inerente à sociedade, e constitui uma necessidade funcional. A cada posição correspondem certos deveres, enquanto permite também certos direitos aos que a desempenham.

Partindo da suposição de que todas as funções devem ser preenchidas e reconhecendo que nem todas são igualmente agradáveis aos indivíduos, a sociedade utiliza-se do mecanismo de atribuição de recompensas. A recompensa será incorporada à posição, isto é, será afixada uma recompensa determinada aos vários níveis do sistema de posições.

Um outro problema a sociedade tem que enfrentar: como definir os vários níveis de recompensa, se todas as posições são funcionalmente importantes? Dois critérios são utilizados como determinantes da hierarquia das posições: a importância funcional e o talento ou treinamento exigido para a sua ocupação.

A sociedade não dará uma recompensa rigidamente ao nível da importância funcional da posição, porém a preocupa dar um nível de recompensa que assegure o desempenho satisfatório dos deveres que lhes são inerentes.

O treinamento requerido para o desempenho da função constitui o segundo critério considerado, qualquer que seja a posição é exigido um certo grau de qualificação para o seu desempenho. Algumas vezes essa qualificação não envolve apenas um treinamento custoso, mas sim exigirá qualidades inatas em alto grau de seu ocupante, havendo probabilidade de escassez de pessoal para desempenhá-la.

Considerando esses dois critérios diferenciadores é estabelecido um sistema hierárquico de posições. São colocadas nos níveis mais altos da escala as posições que aliarem esses dois indicadores numa correlação direta. Se não, vejamos: se uma posição é não só importante como também necessita de pessoal apto a ocupá-la, será situada entre os níveis mais altos da escala. Se uma posição requer um treinamento demorado e dispendioso, exigindo dos candidatos ao seu desempenho certas condições objetivas que os possibilitem submeter-se àquele nível de treinamento, já lhe é assegurado um alto nível na escala de posições.

Vejamos o inverso, se uma posição, apesar de sua importância

funcional, pode facilmente ser preenchida, porque não exige talentos especiais e o treinamento é fácil, ela será colocada entre os níveis mais baixos da escala. Outro fator considerado é a abundância de mão-de-obra; neste último caso, pode-se supor que se encontrará na sociedade muitas pessoas aptas ao preenchimento da posição. O sistema de posições se caracterizará por uma hierarquia que será mais visivelmente diferenciada ao nível das recompensas particulares a cada posição.

O funcionalismo também possui uma concepção acerca das necessidades dos indivíduos, que são ao mesmo tempo confundidas com as necessidades da sociedade. Há então uma identificação entre o que é útil para a sociedade e para o indivíduo.

A nível de indivíduo encontra-se também uma hierarquia de satisfação de suas necessidades. No nível básico situa-se a exigência de satisfazer as necessidades de subsistência e conforto. Em seguida a necessidade de lazer, e finalmente num nível superior, a necessidade de reconhecimento do seu valor humano. Esses níveis de necessidades serão satisfeitos de modos diferenciados pelo sistema de recompensa.

Desenvolvendo um raciocínio lógico conclui-se que uma maior porção dos indivíduos de uma sociedade tem recompensas ao nível da satisfação de suas necessidades de subsistência, enquanto uma menor porção terá recompensa ao nível de satisfação das necessidades de expansão e de desenvolvimento de suas potencialidades humanas. Seguindo o mesmo raciocínio também conclui-se que na base da estratificação social está a recompensa.

É perceptível a coerência que a concepção funcionalista da estratificação mantém com a concepção funcionalista geral sobre a vida social.

O aspecto que julgamos de maior importância para este trabalho é a verificação das possibilidades lógicas que o funcionalismo dispõe para compreensão do fenômeno da diferenciação social. Isto porque não nos parece de maior importância saber se tal ou qual fenômeno pode ser estudado através da abordagem funcionalista, ou de qualquer outra abordagem sociológica. O que é de fato relevante é perceber os limites de cada método.

Parece-nos que no funcionalismo esta questão persiste; não encontramos na bibliografia pesquisada o instrumental teórico e metodológico suficiente para respondê-la.

Constatamos o grande número de pesquisas empíricas sobre o fenômeno da estratificação, desenvolvidos de modo particular nos Estados Unidos, sobretudo a partir de 1930. Sem dúvida que estes estudos constituem contribuições, porém de significado limitado.

Muitos dados foram coletados sobre nível de renda, distribuição ocupacional da população, prestígio da ocupação, nível de instrução etc. Várias correlações foram estabelecidas entre nível de instrução

e o tipo de ocupação; entre religião e posição social, e entre nível de renda e a filiação a grupos organizados ou instituições representativas de certas categorias ocupacionais. Destacam-se estudos sobre o fenômeno da mobilidade social, e também sobre o fenômeno das elites, sua formação e o papel desempenhado. No entanto, os estudos parecem possuir um caráter mais prático que teórico.

Não encontramos sobre a concepção funcionalista da estratificação muitas contribuições além da elaborada por Kingsley Davis (1942 e 1945). Observamos a influência de Davis e a aceitação de suas proposições básicas em Kurt B. Mayer (1955) e em Bernard Barber (1957); Talcot Parsons (1951) refere-se à estratificação dentro de sua visão de sistema social; assim concebe o fenômeno de estratificação, como um subsistema resultante de avaliações diferenciais, que decorre da existência de um sistema de valores comuns a toda sociedade. Toda estratificação corresponde a um sistema hierarquizado de valores.

Quanto ao método, não encontramos uma preocupação voltada diretamente para uma melhor sistematização e aperfeiçoamento metodológico.

Estes dois fatos nos levam a constatar que o caráter teórico, englobando concepção e método, foram considerados em segundo plano. Quanto aos conceitos, observamos o uso corrente de alguns, como estratificação, classe, *status*, ao mesmo tempo que percebemos também, uma certa inconsistência nos seus usos, entretanto, é possível encontrar uma relativa unidade conceitual.

Pode-se supor que este distanciamento entre o desenvolvimento teórico e os estudos empíricos da estratificação social prende-se ao fato geral da sociologia neste último meio século ter ficado mais voltada para os estudos mais práticos que teóricos. Isto no sentido de não ter havido preocupação acentuada com a elaboração de teorias gerais sobre a vida social.

Podemos ainda indagar até que ponto este fato relaciona-se com os novos rumos que o conhecimento científico vem seguindo, e mais, até onde pode também relacionar-se com os interesses particulares dos países onde os estudos são desenvolvidos? Afinal de contas a ciência como "empresa social" possui também um caráter pragmático. Contudo, aclamamos que um aperfeiçoamento teórico em qualquer campo de estudo é necessário. Desse modo uma teoria da diferenciação social e a definição sistemática de um esquema metodológico para compreensão desse fenômeno social seria de grande importância.

## II — OS PROBLEMAS FUNDAMENTAIS DOS CONCEITOS

Os conceitos mais encontrados na literatura sociológica sobre o fenômeno da Diferenciação Social são os de estratificação social e de classe social, não esquecendo que outros conceitos como o de

prestígio e o de *status* ou posição são também de grande manipulação. O conceito de papel é também encontrado de vez que a compreensão do conceito de *status*, sempre envolve expectativas que são satisfeitas, ou não.

Estratificar, *lato sensu*, significa dispor hierarquicamente objetos agrupados em estratos ou camadas. Estratificação social é um tipo particular de diferenciação social que resulta da distribuição hierárquica, sistemática de grupos, estratos ou camadas sociais.

Cada um desses estratos é constituído de indivíduos ou grupos de indivíduos, que participam de um mesmo intervalo de classe no histograma de valores estabelecidos socialmente. Este conceito de estratificação social parece válido para qualquer que seja a abordagem do fenómeno da diferenciação social. Porém, vamos verificar quais as particularidades que ele apresenta quando situado no esquema teórico funcionalista.

No enfoque funcionalista, a estratificação é resultante do modo como se relacionam os fatores de diferenciação social e a avaliação social. O modo como interagem esses dois fatores definirão o sistema de estratificação. Daí a necessidade de um certo grau de congruência entre esses dois aspectos do social; um sistema de posições funcionalmente diferenciadas deve ser de certa forma compatível com o sistema de valores da sociedade em foco.

Desse modo, a consequência da interação entre diferenciação e avaliação é o sistema de estratificação, isto é, uma escala institucionalizada, na qual os homens ou grupos são classificados como superiores ou inferiores, ou iguais, de acordo com o valor atribuído às várias posições institucionalmente hierarquizadas e por eles ocupadas.

De modo geral os funcionalistas chamam de classe, estas camadas formadas pelos indivíduos que partilham valores semelhantes. Esse fato será abordado oportunamente.

Para os funcionalistas, a função principal do sistema de estratificação numa sociedade é a de integração. Isso porque, na medida em que um sistema de estratificação é o resultado de julgamentos gerais, diferenciais em termos de um conjunto de valores, tenderá a integrar a sociedade.

Os funcionalistas não deixam de reconhecer que um sistema de estratificação pode ser considerado também disfuncional, isto é, como não contribuindo para integração de uma sociedade global.

Um sistema de estratificação poderá ser considerado disfuncional por um grupo étnico, ou uma minoria estrangeira, que não partilhe dos valores que caracterizem aquele sistema de estratificação institucionalizada. Da mesma forma se um sistema de estratificação expressa um conjunto predominante de valores não igualitários, ou competitivos, será disfuncional para a suposta minoria portadora de valores predominantemente igualitários.

Ótro aspecto reconhecido é a variação dos sistemas de estratificação de uma sociedade para outra, especialmente quando estas possuem características estruturais diferentes. Não é demasiado explicitar que o sistema de estratificação será mais ou menos complexo considerando o nível de desenvolvimento das sociedades. Obviamente o sistema de estratificação de uma sociedade industrial será bem distinto do sistema de estratificação de uma sociedade pré-industrial.

Percebemos que, na abordagem funcionalista, o termo estratificação social é empregado indistintamente para dois fenômenos. Usa-se estratificação social quando se discorre sobre os tipos estruturais de estratificação social e também quando se refere a posições hierarquizadas no interior das categorias estruturais, as quais, no nosso entender, são definidas pelo modo estrutural da estratificação social.

Classe social para os funcionalistas é entendida como significando um conjunto de indivíduos que são colocados em posição semelhante numa escala de prestígio (Williams, Robin, 1969). Resultando daí certos agrupamentos, hierarquizados ou justapostos numa escala. As diversas gradações poderão ser analisadas de acordo com suas origens, posição econômica e poder político, que, em princípio, são os principais indicadores de uma posição de classe nessa abordagem.

É reconhecida a possibilidade de correlação nos níveis desses indicadores. Porém, constitui preocupação nos autores de orientação funcionalista deixar claro que correlação não significa identidade.

As classes sociais, em síntese, seriam agrupamentos nominais, temporários dos indivíduos que num dado momento são valorados do mesmo modo.

Notório é o uso ambíguo do termo classe social por esses autores. Robin Williams, por exemplo, reconhece a existência dos três tipos ideais de estruturas de estratificação, que são também aceitos como tipos históricos de estruturas de estratificação: castas, estados ou estamentos e classes. Deixa claro os critérios diferenciadores desses três tipos ideais. Por outro lado, ao reconhecer a classe social como um modo particular de estrutura de estratificação, faz uso do mesmo termo, classe, significando a unidade de estratificação de todos os três tipos ideais de estruturas de estratificação. Se não, vejamos: referindo-se ao sistema de castas afirma que nele a posição do indivíduo, seus direitos e obrigações são definidos no nascimento. Ao mesmo tempo, afirma que no caso teórico extremo de castas, o nascimento determina a *classe* do indivíduo. O segundo tipo, compreende os estados ou estamentos, característicos de alguns países da Europa na época do feudalismo. Nele as *classes*: nobreza, clero e povo são rígidas e transmitidas por herança. O último tipo compreende o sistema de classes abertas, segundo a terminologia do autor. Essas

constituem agrupamentos nominais, temporários dos indivíduos que recebem a mesma apreciação. A posição de classe do indivíduo não seria limitada pelo nascimento, devido ser característica desse tipo de estrutura a mobilidade social. Cabe aos indivíduos competirem pela posição social à base das qualidades e requisitos pessoais.

Assim, classes, na concepção funcionalista, não são mais que categorias estatísticas, quer dizer agrupamentos de pessoas que possuem em comum um certo número de caracteres mensuráveis, ou em outras palavras são possuidoras de um *status* comum. Os indivíduos agrupados em um estrato; no funcionalismo, classe, podem apresentar uma certa homogeneidade na conduta, atitudes e interesses, como também podem atingir um certo nível de interação. Conclui-se que quando é feita referência à estrutura de classe social como um tipo particular de estrutura de estratificação, a unidade da estratificação, portanto, classe social, é identificada a *status* social.

### III — POSSIBILIDADES LÓGICAS DO MÉTODO FUNCIONALISTA

Já afirmamos anteriormente que a concepção funcionalista da estratificação social é coerente com a concepção geral deste enfoque da vida social. Afirmamos também que existe coerência entre a concepção funcionalista da estratificação e a manipulação feita dos dois conceitos básicos: estratificação social e classe social.

Vejamos: concebendo a sociedade como um equilíbrio dinâmico de várias partes funcionais, cada uma com funções próprias a realizar para a sociedade como um todo, sendo, contudo, cada parte limitada, visto que todas as partes são interdependentes; supondo ainda a existência de um sistema único de valores válido para toda a sociedade, pode-se concluir que é possível limitar as diferenciações de posições a um sistema de estratificação caracterizado por um *continuum* de *status* individuais. Pode-se ainda concluir do que foi dito que classe social é o agrupamento resultante do fato de algumas posições sociais serem agrupadas em um mesmo estrato do sistema global de estratificação social, por receberem da sociedade o mesmo grau de valoração.

Essas afirmações não esgotam o assunto, nem tampouco implicarão em não se reconhecer uma ambigüidade conceitual, sendo necessário que reconheçamos que o uso não só dos termos como também dos conceitos apresenta uma certa inconsistência lógica.

O uso impreciso dos termos estratificação social e classe social dificulta a compreensão adequada do fenômeno como ele se apresenta na realidade social.

Vejamos como diferem os significados atribuídos ao termo estratificação social. De modo genérico emprega-se estratificação social quando se faz referência ao estudo de qualquer sistema de di-

ferenciação social característica de um tipo particular de estrutura social. Assim, o termo é utilizado indistintamente para referir-se a qualquer tipo histórico de sociedades estratificadas. Emprega-se também quando se faz referência ao sistema de diferenciações observadas no interior de uma sociedade. Ainda encontramos o emprego dos termos estratificação e classe social de modo indistinto, como se um mesmo conceito abrangesse os dois fenômenos. Este último sentido é o comumente encontrado nos estudos sobre estratificação feitos sob a abordagem funcionalista. Esta última observação deve ser feita porque os dois primeiros significados do termo atingiram a literatura sociológica geral e já são também do domínio do conhecimento popular.

O conceito de classe social no funcionalismo é também esvaziado de significado analítico e representa categorias estatísticas. Além do fato, já referido, de ser empregado com conotações ambíguas: classe social significando ora um tipo particular de estrutura de estratificação ora a unidade de estratificação nos vários tipos históricos de estruturas de estratificação. Neste caso, o mesmo termo é possuidor de dois conceitos, ao mesmo tempo que é também empregado em referência a dois fenômenos de natureza distinta.

Se estabelecermos as distinções entre os conceitos e precisarmos o uso destes, será possível verificar os limites lógicos do método funcionalista no estudo da estratificação.

Observando os estudos empíricos, sobretudo nos Estados Unidos, vê-se que eles têm sido orientados mais diretamente para a compreensão dos elementos específicos que compõem o fenômeno de estratificação. E, assim, como já foi dito, níveis de renda, correlações entre este e o nível de instrução, fenômenos de mobilidade social e outros. Não se percebe que haja uma preocupação em realizar estudos de caráter mais amplo ou que chegasse a abranger a estrutura da estratificação. Em síntese, são estabelecidas correlações entre variáveis que são indicadores de *status* sem no entanto questionar a relação desses indicadores com a estrutura global dominante na sociedade, de cuja estrutura os sistemas de estratificação são resultantes.

Essa tendência prática deve resultar da concepção já bastante difundida de que não há classes, no sentido clássico definido por Marx e Engels, na sociedade americana. O que a caracteriza fundamentalmente é a existência de um sistema de *status*.

Entendendo estratificação no último sentido empregado, isto é, como sistemas de posições diferenciados e hierarquizados em uma sociedade específica. Considerando este fenômeno mais relacionado com a superestrutura da sociedade, isto é, com o seu sistema de valores; entendendo-o como um elemento de integração da sociedade, e estando o estudioso interessado em investigar especificamente este fenômeno parcial, o método funcionalista poderá propiciar o desenvolvimento de estudos profícuos e com a acuidade exigida à compreensão deste fenômeno.

Parece já bastante enfatizado, mas não é demais insistir em afirmar: cada concepção e cada método é uma visão parcial da realidade. Por isso cada abordagem metodológica possui limites impostos pelo próprio método.

O domínio do método funcionalista permite a compreensão do fenômeno de diferenciação social limitado no tempo e espaço e entendido através dos sistemas de estratificação próprios de uma sociedade particular. Daí o emprego desse método conduzir a análises minuciosas e particularizadas.

Se o investigador estiver interessado em compreender o fenômeno em sua complexidade e preocupado em captar esse fenômeno, particular de estratificação nas suas relações com a estrutura social global da sociedade, uma vez que um sistema de estratificação não se relaciona apenas com ele mesmo, por mais particular que seja a análise pretendida, indagamos: o funcionalismo disporia dos recursos lógicos necessários para compreender essa realidade complexa?

Podemos observar, através de um exame da história, que a cada tipo de configuração histórico-social concreta corresponde um modo particular de estrutura de estratificação. Assim podemos falar da sociedade escravocrata, da sociedade feudal ou estamental, da sociedade capitalista ou de classes e da sociedade de castas. Correspondendo cada uma a tipos ideais de estruturas de estratificação.

Encarando essas várias fases históricas como tipos sabemos que historicamente não existe rigidamente o fim de uma fase, mas sim que implícitos a um tipo de configuração histórico-social concreta estão os elementos que originarão um novo tipo de configuração histórico-social. Durante algum tempo coexistirão os dois padrões, o vigente e o emergente, até que este passe a dominar.

Ao mesmo tempo que a realidade social se caracteriza por essa relação dialética ela também é possuidora de um tipo estrutural dominante. A compreensão desse tipo estrutural é também tarefa da sociologia.

Apesar de percebermos a importância dos tipos estruturais de estratificação para uma compreensão positiva da sociedade, achamos que esse aspecto não abrange as particularidades que podem ser encontradas no interior das sociedades. Especifiquemos: na sociedade feudal, distinguiam-se caracteristicamente três estamentos, a saber: o da nobreza, o do clero e o dos servos. Essa era a estrutura de estratificação. Cada um dos estamentos possuía uma posição e uma função social definidas em relação à sociedade como um todo. No entanto, no interior de cada estamento é possível situar-se grupos diferentes. Por exemplo, no estamento da nobreza encontrava-se uma família real e uma aristocracia de senhores rurais. No estamento dos servos, eram situados os mercadores, artífices, os camponeses livres e os servos camponeses. Ora sabemos que essas categorias possuíam um *status* em relação à estrutura geral, eram servos, e um *status* dentro do estamento dos servos. Logo, é possível situar-

-se um sistema de estratificação no interior das unidades que caracterizam a estrutura de estratificação.

Se isso é verdade na estrutura acima analisada, mais o será na sociedade capitalista ou sociedade de classes, na concepção marxista, este tipo de sociedade corresponde a um tipo histórico mais desenvolvido, conseqüentemente mais diversificado. Sua estrutura de estratificação caracteriza-se por um tipo particular de relações sociais, e um dos seus caracteres básicos é a existência de dois agrupamentos humanos nitidamente diferenciados quanto à posição social e quanto a funções sociais, isto em relação à estrutura global da sociedade.

Se são perceptíveis diferenciações de *status* num tipo de sociedade menos complexa, mais o será numa sociedade que estruturalmente, por ser mais complexa, exigirá maior diversificação. Isto é, no seu interior podemos vislumbrar uma ampla diferenciação de *status*.

No que se refere à sociedade capitalista, os agrupamentos básicos, e aqui os chamamos de classe social, constituem-se em: capitalistas e proletariado. Ressaltemos: esses são os agrupamentos que definem a estrutura da estratificação. Obviamente que a complexidade da sociedade exigirá diferenciações de *status* no interior dessas classes, como também muitos grupos extrapolarão a situação de classe por necessidades do próprio sistema social. Então, é possível situar dois níveis do problema da estratificação: um que é definido estruturalmente e a nosso ver se prende a infraestrutura. Este nível define a estrutura da estratificação. O outro nível são as diferenciações de *status* no interior da unidade estruturalmente definida e os *status* diferenciados fora das unidades estruturais, que a nosso ver se prende mais diretamente a superestrutura, embora dependa da infraestrutura. Grupos de burocratas, intelectuais, as várias categorias profissionais que põem em funcionamento o setor de serviços, possuem uma hierarquia de *status* que parece estar mais diretamente ligada aos valores sociais, portanto à superestrutura, ao mesmo tempo que representam exigências funcionais da infraestrutura. Este fenômeno é o que compreendemos como sistemas de estratificação.

Já que existem os dois fenômenos na realidade social, parece-nos útil diferenciá-los conceitualmente e analiticamente. E, uma vez estabelecida esta distinção teórica, os estudos analíticos só têm a ganhar. Um método que dispõe de um instrumental conceitual bem preciso, também terá melhor definidas suas possibilidades lógicas.

Foi nosso intento situar os dois fenômenos e explicitar os dois conceitos correspondentes.

Achamos que o método funcionalista se aplica à compreensão dos sistemas de estratificação, capta a dinâmica deste fenômeno, mas é insuficiente para compreensão da contradição dialética característica da estrutura da estratificação de uma sociedade global.

## BIBLIOGRAFIA

1. BARBER, Bernard. "Social Stratification". New York, Harcourt Bract World, 1957.
2. BARBER, Bernard. "A estrutura da estratificação social e as tendências de mobilidade social na sociedade oriental" *In: Sociologia Americana*. S. Paulo, Cultrix, 1970.
3. DAVIS, Kingsley & MOORE, Wilbert E. "Alguns princípios de estratificação". *In: Estrutura de Classe e Estratificação social*. Rio de Janeiro, Zahar, 1966.
4. DAVIS, Kingsley. "The Myth of Functional Analysis as a Special Method in Sociology and Anthropology". *In: Sociology — The progress of a decade*. Englewood cliffs, Prentice-hall, 1961.
5. DAVIS, Kingsley. "A conceptual Analysis of stratification". *In: Sociological Review*. Jun. 1942, p. 309-32 1.
6. FERNANDES, Florestan. "Fundamentos empíricos da explicação sociológica". S. Paulo, Ed. Nacional, 1967.
7. FERNANDES, Florestan. "Sociedade de classe e subdesenvolvimento". Rio de Janeiro, Zahar, 1968.
8. IANNI, Octavio. "Teorias da estratificação social", S. Paulo, Ed. Nacional, 1972.
9. GURVITCH, Georges. "Definição do conceito de classes". *In: Estrutura de classe e estratificação social*. Rio de Janeiro, Zahar, 1966.
10. LEFEBVRE, Henri. "Sociologia de Marx". Rio de Janeiro, Forense, 1968.
11. ———. "Materialismo dialético e sociologia", Lisboa, Editorial Presença.
12. KAPLAN, Abraham. "A conduta na pesquisa; metodologia para as ciências do comportamento". S. Paulo, Herder, 1969.
13. MAYER, Kurt B. "Classe e sociedade". Rio de Janeiro, Bloch Ed., 1967.
14. MAYNTZ, Renate. "Methodological problems in the study of stratifications". *In: LEEDS, Anthony, ed. Social structure, stratification, and mobility*. Washington, D. C., Pan American Union, 1967, p. 8-24.
15. MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. "Antologia filosófica". Lisboa, Editorial Estampa, 1971.
16. MILS, C. Wright. "A Imaginação Sociológica". Rio de Janeiro, Zahar, 1965.
17. NAGEL, Ernest. "La estructura de la ciencia; problemas de la lógica de la investigación científica". Buenos Aires, Ed. Paidós.
18. STAVENHAGEN, Rodolf. "Estratificação social e estrutura de classe". *In: Estrutura de classe e estratificação social*. Rio de Janeiro, Zahar, 1966.
19. ———. "Las relaciones entre la estratificación social y la dinámica de clases". *In: LEEDS, Anthony, ed., Social structure, stratification and mobility*. Washington, D. C., 1967, p. 126-146.
20. WILLIAMS, Robim M. "A sociedade americana; uma interpretação sociológica". Rio de Janeiro, Forense, 1969.